



CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 303

00113

Data 04/07/06	Proposição Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006			
Autor Dep. Antonio Carlos Mendes Thame			nº do prontuário 332	
1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa X	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Art. 8º	Parágrafo	Inciso	Alínea

Dê-se ao art. 8º, da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, a seguinte redação:

"Art. 8º Os débitos de pessoas jurídicas, com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, poderão ser, excepcionalmente, parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas, observando-se, relativamente aos débitos junto:

I - à SRF ou à PGFN, o disposto nos arts. 10 a 14 da Lei no 10.522, de 2002; e

II - ao INSS, o disposto no art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 1º O parcelamento dos débitos de que trata o caput deste artigo deverá ser requerido até 15 de **dezembro** de 2006, na forma definida pela SRF, pela PGFN ou pela SRP, no âmbito de suas respectivas competências.

§ 2º Ao parcelamento de que trata este artigo, aplica-se o disposto no § 3º do art. 1º e no art. 4º desta Medida Provisória.

..... "

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que alterou as normas sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, já estabelecia que os débitos poderiam ser parcelados em até 180 prestações mensais e sucessivas.

A presente emenda amplia de 120 para 180 prestações mensais e sucessivas, na forma e condições previstas na MP, bem como permite que o parcelamento seja efetuado até 15 de dezembro de 2006.

